



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

— Instituído pela Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023 —

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
ESTADO DO TOCANTINS  
PALÁCIO DEPUTADO JOÃO D'ABREU

10ª LEGISLATURA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA

PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2026

ANO XXXVI - EDIÇÃO Nº 4265



Deputados(as) 10ª Legislatura



Mesa Diretora



Comissões

## Sumário

Esta edição contém 11 Páginas

<b>ATOS LEGISLATIVOS</b> .....	<b>2</b>
ATAS DAS SESSÕES PLENÁRIAS.....	2
<b>ATOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	<b>8</b>
DECRETOS ADMINISTRATIVOS.....	8
PORTARIAS DA PRESIDÊNCIA.....	9
PORTARIAS DA DIRETORIA-GERAL.....	10
DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	11

**DIRETORIA DE ÁREA LEGISLATIVA**  
**Diretoria de Documentação e Informação**  
Coordenadoria de Publicações Oficiais

Palácio Deputado João D'Abreu  
Praça dos Girassóis - CEP 77003-905  
Palmas - TO

Autenticidade da edição garantida quando  
visualizada diretamente no portal  
<https://www.al.to.leg.br/diario>

# ATOS LEGISLATIVOS

## Atas das Sessões Plenárias

10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

31 de março de 2026

Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e quarenta e sete minutos, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Léo Barbosa, secretariado pelos Senhores Deputados Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisés Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Wiston Gomes, e das Senhoras Deputadas Cláudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Gipão, Nilton Franco, Valdemar Júnior e Vilmar de Oliveira. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu Ata de Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 1/2026, originário da Medida Provisória número 17/2026, de autoria da Reunião Conjunta das Comissões, que “altera a Lei número 4.297, de 14 de dezembro de 2023; a Lei número 4.379, de 14 de março de 2024, e a Lei número 4.402, de 10 de maio de 2024, que institui as indenizações que especifica e adota outras providências”; o qual votado foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 2/2026, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária - Pdaaf aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”; 5/2026, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.702, de 29 de junho de 2006, para estabelecer prazo adicional para o cumprimento do encargo que especifica”, os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 3/2026, de autoria do Governador do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos ocupantes do cargo efetivo de Procurador do Estado, e adota outras providências”; o qual votado nominalmente, foi aprovado, com treze votos sim, perfazendo um total de treze votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 201/2025, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis, que “institui o Dia do Comerciante, no âmbito do Estado do Tocantins”; 661/2024, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis, que “dispõe sobre a reserva de poltronas em veículos de transporte intermunicipal de passageiros para mulheres, no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 941/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para cargos, empregos ou funções públicas no âmbito da administração direta e indireta às pessoas com deficiência”; 945/2024,

de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui o sistema estadual de promoção da igualdade racial e da diversidade religiosa do Estado do Tocantins - o Siespidir tocantinense, e dá outras providências”; 153/2025, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que “dispõe sobre o atendimento especializado às mulheres no estado de climatério e menopausa, na rede pública de saúde do Estado do Tocantins”; 154/2025, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que “dispõe sobre proibições de práticas abusivas praticadas pelas instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade, no âmbito do Estado do Tocantins, em face de consumidores idosos, aposentados e pensionistas”; 112/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “institui o Dia Estadual dos Protetores de Animais no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 971/2024, com apensamento ao Projeto de Lei número 8/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, coautoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que “dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência ou condição de saúde grave que exija assistência específica, ingressar e permanecer acompanhada do cão de assistência em ambientes públicos e privados de uso coletivo e em meios de transporte no Estado do Tocantins”; o qual votado foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 86/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “altera a Lei número 4.326, de 27 de dezembro de 2023, que estabelece direitos às mulheres que sofram perda gestacional e neonatal em estabelecimentos de saúde do Estado do Tocantins”; 867/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “institui a Semana Estadual da Maternidade Atípica, no âmbito do Estado do Tocantins”; 267/2023, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre a capacitação e treinamento aos profissionais da educação, da saúde e da segurança pública para identificação de sinais de abuso contra crianças e adolescentes”; 322/2025, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “institui o Dia Estadual do Acolhimento do Paciente Oncológico, e dá outras providências”; 236/2025, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “reconhece os quadrilheiros juninos como protagonistas das quadrilhas juninas e da cultura popular tocantinense, e dá outras providências”; 377/2025, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “institui, no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, o Festejo em Honra a Nossa Senhora da Abadia, no Município de Gurupi - TO”; 62/2025, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de internet móvel e fixa (banda larga) na modalidade pós-paga apresentarem, na fatura mensal, gráficos que demonstrem o registro médio diário de entrega da velocidade de recebimento e de envio de dados no Estado do Tocantins”; 122/2025, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a Política Estadual de Inclusão no Mercado de Trabalho da Pessoa com Deficiência - “Trabalho Inclusivo TO”, e dá outras providências”; 957/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o Dia Estadual do Cerrado, no âmbito do Estado do Tocantins e dispõe sobre ações de conscientização da população quanto à importância da conservação ambiental”; 969/2024, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “institui a Campanha Tocantins Sem Dor: Prevenção e Combate à Dor Crônica”; 91/2025, de autoria do Senhor Deputado Moisés Marinho, que “institui o Dia do Fiscal das Relações de Consumo do Estado do Tocantins”; 97/2025, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “institui o selo “Amigo dos Animais” de reconhecimento a empresas, associações e fundações que se destacam na promoção de iniciativas da causa animal”; 43/2026, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “proíbe o protesto em Cartório de faturas de energia elétrica com valores inferiores a um salário mínimo e estabelece prazo de atraso para débitos superiores a um salário mínimo no âmbito do Estado do Tocantins e adota outras providências”; 291/2025, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que

“institui o Dia Estadual da Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Alcoólico Fetal (Teaf), no âmbito do Estado do Tocantins”; 134/2025, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Tocantins.”; 328/2025, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos “Lions Clube de Araguaína””; 179/2025, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara Patrimônio Cultural Imaterial e Gastronômico do Estado do Tocantins o Biscoito Quebrador sabor amêndoa de Barú, enriquecido com farinha de jatobá”; 262/2025, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui o “Selo Escola Amiga da Educação Inclusiva” nas escolas públicas e privadas, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 217/2025, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, o “Arraiá no Nosso Sítio”, realizado no Município de Sítio Novo do Tocantins, e dá outras providências”; 72/2026, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Lei número 4.208, de 11 de agosto de 2023, que “dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências” e a Lei número 4.209, de 11 de agosto de 2023, que “dispõe sobre a Estrutura Administrativa, atribuição e remuneração dos Cargos em Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 1/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que “altera o artigo 5º da Lei Estadual número 2.926, de 3 de dezembro de 2014, e dá outras providências”; os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 1/2026 com apensamento do Projeto de Lei número 2/2026, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “cria cargos de provimento em comissão no âmbito da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e altera o Anexo V da Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010”; o qual votado foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafa. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 3/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “altera a Lei Estadual número 1.903, de 17 de março de 2008, para incluir o artigo 20-F”; 1/2026, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “altera as Leis números 2.252, de 16 de dezembro de 2009 e 2.777, de 6 de novembro de 2013, e adota outras providências”; os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação os Projetos de Lei Complementar números: 1/2026, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 55, de 27 de maio de 2009 e a Lei número 2.865, de 14 de maio de 2014”, o qual votado nominalmente, foi aprovado, com quatorze votos sim, perfazendo um total de quatorze votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafa; 3/2026, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 55, de 27 de maio de 2009, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, o qual votado nominalmente, foi aprovado, com quatorze votos sim, perfazendo um total de quatorze votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafa. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e dezessete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

2º Secretário

Presidente

1º Secretário

## 10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa 01 de abril de 2026

### Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Léo Barbosa, secretariado pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes, e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins e Gipão. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a Apresentar nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, em até uma hora, reabrindo-a às doze horas e doze minutos. Ao reabrir a Sessão, o Senhor Presidente passou a palavra para os Senhores Deputados Valdemar Júnior, Olyntho Neto e Jorge Frederico, que convocaram Extraordinariamente às Comissões. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, em até uma hora, reabrindo-a às dezesseis horas e cinco minutos. Após, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento que recebeu o número 356, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, que requer a dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais, para inclusão na Ordem do Dia e convocação de Sessão Extraordinária, para a discussão e votação das matérias: Projetos de Lei números: 3 e 7/2026, de autoria do Governador do Estado; Medidas Provisórias números: 21/2025 (anexada à Medida Provisória número 3/2026), 22/2025 (anexada a Medida Provisória número 9/2026), e 23/2025 (anexada a Medida às Provisórias números 7 e 19/2026), 8/2026, 11/2026, 12/2026 e 16/2026. Na sequência, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, em até trinta minutos, reabrindo-a às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciadas, em turno único de discussão e votação, as Medidas Provisórias números: 8/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”, a qual votada foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.986, de 01 de abril de 2026, e encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente; 11/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.422, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e adota outras providências”, a qual votada foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.987, de 01 de abril de 2026, e encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente; 12/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”, a qual votada foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.988, de 01 de abril de 2026, e encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 3/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.812, de 27 de dezembro de 2013, que denomina Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins- AEM-TO, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins- Ipem-TO, e

adota outras providências; 7/2026, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a proceder acordo judicial nas ações que especifica, e adota outras providências; os quais votados foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 2/2026, originário da Medida Provisória número 21/2025, com apensamento da Medida Provisória número 3/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 4.220, de 28 de agosto de 2023, que institui o Programa de Fortalecimento da Educação - Profe, nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências”; 3/2026, originário da Medida Provisória número 22/2025, com apensamento da Medida Provisória número 9/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 4/2026, originário da Medida Provisória número 23/2025, com apensamento das Medidas Provisórias números 7/2026 e 19/2026, de autoria do Governador do Estado, que “revoga a alínea “b” do Inciso II do artigo 21 da Lei número 3.421, de 8 de março de 2019”; 5/2026, originário da Medida Provisória número 16/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.432, de 30 de março de 2011, que institui o Auxílio Alimentação no âmbito do Poder Executivo, e adota outras providências”; os quais votados foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e quarenta e um minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário                      Presidente                      1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
01 de abril de 2026  
Ata da Décima Sexta Sessão Extraordinária**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Léo Barbosa, secretariado pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisés Marinho, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes, e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Gipão e Olyntho Neto. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 3/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.812, de 27 de dezembro de 2013, que denomina Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins- AEM-TO, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins- Ipem-TO, e

adota outras providências; 7/2026, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a proceder acordo judicial nas ações que especifica, e adota outras providências; os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 2/2026, originário da Medida Provisória número 21/2025, com apensamento da Medida Provisória número 3/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 4.220, de 28 de agosto de 2023, que institui o Programa de Fortalecimento da Educação - Profe nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências”; 3/2026, originário da Medida Provisória número 22/2025, com apensamento da Medida Provisória número 9/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 4/2026, originário da Medida Provisória número 23/2025, com apensamento das Medidas Provisórias números 7/2026 e 19/2026, de autoria do Governador do Estado, que “revoga a alínea “b” do Inciso II do artigo 21 da Lei número 3.421, de 8 de março de 2019”; 5/2026, originário da Medida Provisória número 16/2026, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.432, de 30 de março de 2011, que institui o Auxílio Alimentação no âmbito do Poder Executivo, e adota outras providências”; os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário                      Presidente                      1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
7 de abril de 2026  
Ata da Centésima Septuagésima Oitava Sessão Ordinária  
Republicado**

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Primeira-Secretária, e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Mantoan, Gipão, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Jorge Frederico, Marcus Marcelo e Moisés Marinho. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 43/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando veto parcial ao Autógrafo de Lei número 73, de 1º de abril de 2026, que “altera a Lei número 4.220, de 28 de agosto de 2023, que institui o Programa de Fortalecimento da Educação - Prof, nas unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências”; Mensagem número 44/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 20, de 2 de abril de 2026, que “altera a Lei número 4.220, de 28 de agosto de 2023, que institui o Programa de Fortalecimento da

Educação - Profe nas unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências”; Mensagem número 45/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando veto integral ao Autógrafo de Lei número 36, de 31 de março de 2026, que “altera a Lei número 4.297, de 14 de dezembro de 2023; a Lei número 4.379, de 14 de março de 2024, e a Lei número 4.402, de 10 de maio de 2024, que institui as indenizações que especifica e adota outras providências”; Mensagem número 46/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 21, de 2 de abril de 2026, que “institui as indenizações que especifica, altera a Lei número 4.297, de 14 de dezembro de 2023; a Lei número 4.379, de 14 de março de 2024, e a Lei número 4.402, de 10 de maio de 2024, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 115/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre os sistemas de atendimento emergencial no Estado do Tocantins, incentivando o uso de aplicativos de mensagens instantâneas e dá outras providências”; Projeto de Lei número 116/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, o evento Taquaruçu Rodeio Show, realizado no Distrito de Taquaruçu, município de Palmas-TO”; Projeto de Lei número 117/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Centros de Formação de Condutores de Paraíso - ACFCPSO”; Projeto de Lei número 121/2026, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade de Pequenos Produtores e Produtoras Rurais e Urbano do Bico do Papagaio (Comunidade de Produtores do Bico), no município de Araguatins-TO”; Projeto de Lei número 122/2026, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “declara de Utilidade Pública Estadual e Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Agricultores Familiares e Ribeirinhos de Aparecida do Rio Negro-Aprorio, no município de Aparecida do Rio Negro-TO”; Projeto de Lei número 124/2026, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que “institui a Campanha Permanente “Criança Não é Esposa”, no âmbito do Estado do Tocantins, destinada à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 125/2026, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que “dispõe sobre a instalação de fraldários acessíveis para adolescentes e adultos com deficiência nos órgãos públicos do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 126/2026, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que “institui diretrizes para notificação e registro, pelos serviços de saúde públicos e privados no âmbito do Estado do Tocantins, de atendimento a vítimas de acidentes de trânsito com indícios de ingestão de álcool, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 127/2026, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis, que “assegura às pessoas com deficiência auditiva o direito a tradutor ou intérprete de Libras para a oitiva de depoimentos e declarações perante as autoridades policiais no âmbito do Estado do Tocantins”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei números: 128 e 129/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 130/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 131/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 132 e 133/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão; 134/2026, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; e os Requerimentos que receberam os números 357 a 365, 367, 370, 373 a 386, 389, 414, 415, 418 e 419. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Eduardo Mantoan. Em seguida, na Ordem do Dia, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e quatorze minutos, convocando Sessão Ordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

2º Secretário

Presidente

1º Secretário

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
8 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Primeira Sessão Ordinária**

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Marcus Marcelo, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Gipão, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

2º Secretário

Presidente

1º Secretário

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
14 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octogésima Segunda Sessão Ordinária**

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e as Senhoras Deputadas Cláudia Lelis e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

2º Secretário

Presidente

12º Secretário

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
14 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Terceira Sessão Ordinária**

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário, e Luciano Oliveira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Cláudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Gutierrez Torquato, Ivory de Lira e Léo Barbosa. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Comunicação Interna número 3/2026, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, comunicando sua filiação ao Partido Movimento

Democrático Brasileiro - MDB; Comunicação Interna número 09/2026, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, comunicando sua filiação ao Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB; Comunicação Interna número 12/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, comunicando sua desfiliação do Partido Cidadania, bem como sua filiação ao Partido União Brasil - UB; Comunicação Interna número 13/2026, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, comunicando sua filiação ao Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB; Comunicação Interna número 14/2026, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, informando que passou a integrar ao Partido Social Democrático - PSD; Comunicação Interna número 19/2026, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, comunicando sua filiação ao Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB; Comunicação Interna número 26/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, comunicando sua filiação ao Partido Progressistas - PP; Comunicação interna número 26/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, comunicando que estará em viagem internacional no Estados Unidos da América, no período de 13 a 20 de abril do corrente ano, onde irá compor a Delegação Brasileira para participar do Fórum de Juventude do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas; Ofício número 17/2026, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, comunicando sua filiação ao Partido Liberal - PL; Ofício número 59/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, comunicando sua filiação ao Partido Social Democrático - PSD; Ofício número 453/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, comunicando sua desfiliação do Partido Social Democrático - PSD, e sua transferência partidária para o Partido Republicanos; Ofício número 536/2026, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, comunicando sua filiação ao Partido Liberal - PL; Ofício número 187/2026, oriundo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar 2/2026, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins”; Ofício número 256/2026, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2026, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Ofício número 257/2026, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 2/2026, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foi entregue a Proposta de Emenda Constitucional número 1/2026, de autoria dos Deputados Estaduais; os Projetos de Lei números: 135, 136 e 137/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 138/2026, de autoria da Mesa Diretora; 139 e 140/2026, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 141/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos que receberam os números 368, 369, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 408 e 412. Em seguida, foi aprovada a urgência do Projeto de Lei número 118/2025, 119 e 120/2026 de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 123/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, e dos Requerimentos números: 352 e 353, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 337 e 338, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 357, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 363 e 364, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 328, 329, 354 e 358, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 359, 360, 361 e 362, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 269, 340 e 341, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Na Ordem do Dia, foram anunciados, em turno único de discussão e votação, os Requerimentos números: 286, 287 e 314, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 310, 311 e 312, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 274, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 291, 292 e 293, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 268, 270, 306, 307 e 308, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 294, 295, 296, 297 e 298, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 309, de autoria do Senhor Deputado Gipão; 289, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 300, 301, de autoria do Senhor Deputado Moisés Marinho; 284 e 285, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 302, 303, 304 e 305, de autoria da

Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 273, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e dezesseis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário*                      *Presidente*                      *1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
15 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Quarta Sessão Ordinária**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão, Ivory de Lira, Jair Farias, Marcus Marcelo, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário*                      *Presidente*                      *1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
15 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Quinta Sessão Ordinária**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Dr. Danilo Alencar, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão, Marcus Marcelo, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário*                      *Presidente*                      *1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
22 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Sexta Sessão Ordinária**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Luciano Oliveira, Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário*                      *Presidente*                      *1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
22 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Sétima Sessão Ordinária**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Luciano Oliveira, Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário*                      *Presidente*                      *1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
28 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Oitava Sessão Ordinária**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, que, por falta de quórum em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Gutierrez Torquato, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*2º Secretário*                      *Presidente*                      *1º Secretário*

**10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa  
28 de abril de 2026**

**Ata da Centésima Octagésima Nona Sessão Ordinária**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Primeira-Secretária, e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Cláudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Dr. Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Gipão, Nilton Franco e Wiston Gomes. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 47/2026, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 22, de 16 de abril de 2026, que “altera a Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, e a Lei número 2.575, de 20 de

abril de 2012, e adota outras providências”; Mensagem número 48/2026, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 23, de 24 de abril de 2026, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos Servidores Públicos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins - RPPS, e adota outras providências”; Mensagem número 49/2026, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 24, de 24 de abril de 2026, que “altera a Lei número 3.576, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, na forma que especifica, e adota outras providências”; Proposta de Emenda à Constituição número 1, de 1º de abril de 2026, que “acrescenta o artigo 14-A à Seção I, do Capítulo I, Título II da Constituição do Estado do Tocantins, para dispor sobre a organização da estrutura administrativa e da estrutura de assessoramento político-parlamentar da Assembleia Legislativa”; Projeto de Lei número 128/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “altera a Lei número 3.531, de 14 de agosto de 2019, para ampliar as hipóteses de vedação à nomeação para cargos em comissão, incluindo a condenação por feminicídio”; Projeto de Lei número 129/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comercial e Industrial de Taquaralto, Aurenis e Região Sul - Acit”; Projeto de Lei número 130/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui a Política Estadual de Desprecarização dos vínculos de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e dos Agentes de Combate às Endemias - ACE, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 131/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “institui o Dia Estadual do Policial Legislativo, no âmbito do Estado do Tocantins, a ser celebrado, anualmente, no dia 23 de junho”; Projeto de Lei número 132/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “estabelece diretrizes para a promoção da acessibilidade e do atendimento humanizado às pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas no âmbito da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 133/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “institui a política estadual de atendimento psicossocial itinerante às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”; Projeto de Lei número 134/2026, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “institui a política estadual de proteção, recuperação e uso sustentável de nascentes e mananciais de água no Estado do Tocantins e estabelece diretrizes para a preservação dos recursos hídricos”; Projeto de Lei número 138/2026, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e subsídios dos Servidores Efetivos, dos cargos em comissão da Estrutura Administrativa e de Natureza Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”; Ofício número 4.078/2026, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 04/2026, que “altera a Lei número 3.408, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registrais, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (Funcivil), e adota outras providências”; Ofício número 1.326/2026, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 05/2026, que “dispõe sobre a revisão geral anual e a recomposição da remuneração dos servidores efetivos, da função de confiança e dos cargos de provimento em comissão do TCE/TO”; Ofício oriundo do Gabinete do Comando-Geral da Polícia Militar, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros a convênio com a Prefeitura de Figueirópolis, com recursos oriundos de emendas parlamentares; Ofício oriundo da Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - Ageto, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; Ofício oriundo da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, em resposta a Requerimento

de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar; Ofício número 343/2026, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, comunicando sua filiação ao União Brasil; Comunicação Interna número 08/2026, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho, comunicando sua filiação ao Partido Liberal - PL; Comunicação Interna número 36/2026, de autoria da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins informando sobre Comunicação do Supremo Tribunal Federal - STF, acerca do julgamento da ADI número 7.550/TO e necessidade de deliberação pela Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 19, inciso XVII, da Constituição Estadual. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei números: 142 e 143/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 144, 145 e 146/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 147/2026, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato; 148, 149, 152 e 155/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 150 e 151/2026, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 153 e 154/2026, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; e os Requerimentos que receberam os números 388, 390 a 396, 406, 409, 410, 411 e 413. Em seguida, foi aprovada a urgência do Projeto de Lei número 141/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro e dos Requerimentos números 366, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; e 368, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo, Gutierres Torquato e Ivory de Lira. Em seguida, na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum em plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e dezoito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e horas regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

2º Secretário      Presidente      1º Secretário

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### Decretos Administrativos

#### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 706/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Eduardo Lourenco de Sousa Leal para o cargo em comissão de Ajudante Intermediário de Secretário, no Gabinete da 1º Secretaria, a partir de 22 de maio de 2026.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de maio de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente



# Portarias da Presidência

## PORTARIA Nº 025/2026 - P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, especialmente no art. 55, inciso I, alínea “a”, RESOLVE, ad referendum da Mesa:

Art. 1º APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2026, na forma do ANEXO 1, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º DISPONIBILIZAR o relatório referido no artigo anterior, por meio eletrônico no Diário Oficial do Estado, no Diário Oficial e no Portal de Transparência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de maio de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2025 A ABRIL DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LÍQUIDAS														
	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	21.527.177,59	21.152.534,22	23.508.412,01	21.630.755,74	20.725.276,72	21.650.683,17	21.538.338,07	38.026.956,92	21.052.220,22	22.005.853,94	22.534.509,17	23.266.667,94	278.619.385,71	0,00	
Pessoal Ativo	18.145.599,50	18.568.014,77	19.655.809,43	18.247.984,68	17.260.022,35	18.146.793,37	17.985.468,04	34.250.196,01	18.004.203,74	18.101.625,68	18.941.728,64	19.520.159,48	236.827.605,69	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.785.842,02	15.190.683,09	14.903.723,75	14.882.312,19	15.264.138,79	14.795.615,10	14.619.876,53	26.490.103,64	14.720.684,18	14.710.092,56	15.436.675,31	15.827.352,26	191.627.119,42	0,00	
Obrigações Patronais	3.359.757,48	3.377.331,68	4.752.085,68	3.365.672,49	1.995.863,56	3.351.178,27	3.365.591,51	7.760.092,37	3.283.519,56	3.391.533,12	3.505.053,33	3.692.807,22	45.200.486,27	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.381.578,00	2.584.519,45	3.852.602,58	3.382.771,06	3.465.254,37	3.503.889,80	3.552.870,03	3.776.760,91	3.048.016,48	3.903.700,43	3.562.807,27	3.746.508,46	41.761.278,93	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.014.262,81	2.314.889,83	3.476.010,98	2.989.250,72	3.129.195,66	3.196.648,76	3.238.717,86	3.356.139,17	2.650.018,17	3.525.532,21	3.242.018,27	3.415.285,49	37.547.970,03	0,00	
Pensões	367.315,28	269.629,62	376.591,60	393.520,34	336.058,71	307.241,04	314.152,17	420.621,74	397.998,31	378.168,22	320.788,90	331.222,97	4.213.308,90	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527,83	29.973,26	30.501,09	0,00	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	3.658.906,40	3.061.885,54	4.051.814,24	3.786.525,58	4.264.527,10	3.962.746,62	3.976.528,87	3.950.913,70	3.312.520,62	4.352.961,54	3.815.838,71	4.184.159,17	46.379.328,09	0,00	
Identificações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	276.953,97	472.288,93	154.664,00	390.127,56	785.645,77	442.866,39	408.042,73	156.157,27	264.504,14	449.261,11	253.031,44	437.650,71	4.491.194,04	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	374,34	5.077,16	44.547,66	13.626,96	13.626,96	15.990,43	15.616,09	17.995,52	0,00	0,00	0,00	0,00	126.855,12	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.381.578,00	2.584.519,45	3.852.602,58	3.382.771,06	3.465.254,37	3.503.889,80	3.552.870,03	3.776.760,91	3.048.016,48	3.903.700,43	3.562.807,27	3.746.508,46	41.761.278,93	0,00	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	17.868.271,19	18.090.648,68	19.456.597,77	17.844.230,16	16.460.749,62	17.687.936,55	17.561.809,20	34.076.043,22	17.739.699,60	17.652.892,40	18.718.670,46	19.082.508,77	232.240.057,62	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								VALOR							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								15.787.046.153,52							
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º da CF) (V)								1.480.232,00							
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 §16 da CF) (VI)								4.336.772,53							
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV) - (V) - (VI)								15.781.229.148,99							
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)								232.240.057,62							
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)								279.327.755,94							
LIMITE PRECEDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)								265.361.368,14							
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (mesmo II do §1º do art. 39 da LRF)								251.394.980,35							
FONTE: Secretaria da Fazenda - Sistema SIAFE-TO.															

Notas Explicativas:

- Nota 1: Foram incluídas: Despesas com Pessoal Inativos e Pensionistas no valor de R\$ 41.761.278,93 e Despesas Não Computadas referente a Despesas Líquidas com Recursos Vinculados no valor de R\$ 41.761.278,93, conforme relatórios SIAFE-TO - ID 013641 E 013651, distribuídas conforme abaixo:
- .11 R\$ 37.547.970,03 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS - incluídas na linha - APOSENTADORIAS, RESERVA E REFORMAS;
  - .12 R\$ 4213.308,90 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS - incluídas na linha - PENSÕES; e;
  - .13 R\$ 41.761.278,93 DESPESAS NÃO COMPUTADAS - incluídas na linha - INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS; Plano Financeiro.

Nota 2: As contribuições patronais referentes ao plano de saúde - PLANSAÚDE perfizeram um valor de R\$ 7.066.670,27, e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidos pelo art.18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12, sendo deduzidas da linha OBRIGAÇÕES PATRONAIS.

Nota 3: Em função da regra do mapeamento do MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais, a Despesa de Exercício Anterior não será deduzida nos 1º e 2º quadrimestres e será considerada integralmente no 3º quadrimestre do exercício de referência.

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2025			2025			2026		
2º Quadrimestre			3º Quadrimestre			1º Quadrimestre		
Límite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do	Límite	% DTP	Redutor Residual	Límite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
	1,77	1,45	0,00	0,00	1,77	1,45	-	1,77
								1,47

Palmas, Tocantins, 22 de maio de 2026.

Waldir Demétrios da Costa Junior  
Diretor de Área Contábil e de Gestão Fiscal  
CRC - TO 002286/O-7

Andrey Marques Queiroz Rocha  
Diretor de Área  
Orçamentária e Financeira

Aline Gracyelle Pereira de Sousa Rodrigues  
Controladoria Interna

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

**PORTARIA Nº 26/2026-P.**

“Dispõe sobre a Declaração de Inexigibilidade de Licitação em atendimento aos interesses da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.”

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, em conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o artigo 3º, da Lei Estadual nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando que o artigo 74 inciso II da Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre os casos de inexigibilidade de licitação, onde é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Considerando o disposto na Solicitação de Material e Serviços (fl. 02) dos autos, pela qual a Diretora de Relações Públicas e Cerimonial - DIREC, em que solicita a contratação de artista regional para a apresentação cultural na Jornada de Gestão Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, autorizado pelo Ordenador de Despesas desta Casa de Leis;

Considerando o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, ambos elaborados pela Diretoria de Relações Públicas e Cerimonial - DIREC;

Considerando o disposto no Despacho de Justificativa, (fls. 46/48), da Diretoria de Compras, Material e Patrimônio - DICOMP, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa VDJ Produções Ltda, devidamente inscrita no CNPJ nº 22.526.936/0001-93, pelas razões elencadas da mesma;

Considerando que nas contratações diretas por inexigibilidade o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo e que a proposta apresentada pelo artista (fl 21/23) está dentro dos valores praticados;

Considerando ainda, o parecer Jurídico Nº 093/2026-GAB-PGA/PJA/ALETO, lavrado pelo Procurador Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada, com fundamento no artigo 74, inciso - II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa VDJ Produções Ltda, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que a proposta apresentada pelo artista (fl. 21/23) está dentro dos valores praticados, como se pode observar nas notas fiscais que atestam contratos celebrados pelo profissional com a administração pública conforme comprovantes (fl 24/25) acostado nos autos, bem como, atendeu aos requisitos técnicos, exigidos pela Diretoria de Relações Públicas, Cerimonial - DIREC.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Declarar inexigível o Processo Licitatório para a Contratação da Empresa VDJ Produções Ltda, devidamente inscrita no CNPJ 22.526.936/0001-93, através do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 063/2026, visando o atendimento das necessidades da Diretora de Relações Públicas, Cerimonial - DIREC, no valor R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 2º - Os encargos deste ato correrão por conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 01.031.1141.2183 - Coordenação e manutenção dos Serviços Administrativos, Natureza 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, Fonte: 500 - Recursos não vinculados de impostos, Unidade Orçamentária 01010 - Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias mês de maio de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

## Portarias da Diretoria-Geral

**PORTARIA Nº 442/2026 - DG**

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023 e,

Considerando o disposto no Art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, e no Ato da Mesa Diretora nº 06, de 12 de novembro de 2025.

**RESOLVE:**

Art. 1º SUSPENDER, em razão da extrema necessidade do serviço, as férias legais da servidora Alessandra Lima Dias Mascarenhas, matrícula nº 7931, referentes ao período aquisitivo de 22/03/2023 à 21/03/2024, marcadas para 15/05/2026 a 03/06/2026, através da Portaria nº 944/2025- DG, publicada no Diário da Assembleia Legislativa nº 4164, para fruí-las em 01/12/2026 a 20/12/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de maio de 2026.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA  
Diretor-Geral

**PORTARIA Nº 443/2026 - DG**

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e com fulcro no art. 96 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 5462/2026, Processo nº 208/2026,

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER** Licença Maternidade à servidora ITAIDES FREITAS MOREIRA, matrícula nº 165811, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, compreendidos entre 16/4/2026 a 13/8/2026.

Art. 2º **PRORROGAR** a Licença Maternidade pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, com período de vigência entre 14/8/2026 a 12/10/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de maio de 2026.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA  
Diretor-Geral

## Demais Atos Administrativos

### COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA ALETO Decreto Administrativo nº 1440/2023 Ata nº 89, de 22 de maio de 2026

Ata da octogésima nona reunião da Comissão de Concurso Público da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, realizada, de forma presencial, no dia 22 de maio de 2026, às 10h, no Gabinete da Diretoria de Área Administrativa. Participaram da reunião o Senhor Presidente, Alcir Raineri Filho, os membros Antonio Lopes Braga Junior e Regismarques Soares Camarço e a Dra. Tereza Ibiapina, Advogada representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/TO. O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, apresentando a publicação do site: <https://conhecimento.fgv.br/concursos/aleto/1>, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, contendo a decisão judicial que confirmou o direito da candidata Arlenne Katienny Lima da Silva, à reclassificação nas vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com o processo nº 0012518-82.2025.8.27.2729-TO do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Em deliberação, por unanimidade, a Comissão posicionou-se para que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promova a publicação do respectivo ato administrativo necessário ao cumprimento da sentença, para que surtam seus devidos efeitos legais. Dando prosseguimento a Comissão deliberou pelo encaminhamento de 2 (duas) situações sob judice no presente concurso à Procuradoria Geral da Aletto para posterior deliberação. Para constar lavrou-se a presente Ata que segue assinada.

Alcir Raineri Filho  
Presidente

Antônio Lopes Braga Júnior  
Membro

Regismarques Soares Camarço  
Membro

Tereza Ibiapina  
Representante da OAB

Jornada da

**Gestão**

**Parlamentar**

CAPACITAÇÃO | CONEXÃO | RESULTADOS



**26**  
MAIO



A PARTIR DAS 8H



AUDITÓRIO DA ALETO



MANHÃ  
8H ÀS 12H

**GESTÃO DE MANDATO**



TEREZA IBIAPINA, KIM BORGES DAMASCENO, EDUARDA MARIA IBIAPINA.



TARDE  
14H ÀS 18H

**EMENDAS ESTADUAIS:  
ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO  
E IMPACTO NOS MUNICÍPIOS**



GALTTIERI TAVARES

**INSCRIÇÕES  
GRATUITAS**

APONTE A CAMERA  
DO SEU CELULAR



ESCOLA DO  
LEGISLATIVO  
DO TOCANTINS

ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO TOCANTINS  
Gestão conjunta e de resultados